A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Wesley Silva Santos¹

Joana D'Arc de Azevedo²

Pâmela Priscila Schardozim³

Resumo

A Geografia é uma disciplina que faz com que o aluno busque observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade do mundo, sempre na busca por uma transformação mais adequada à população. Dessa forma, quando se restringe a Educação Ambiental pode-se dizer que seus conteúdos que servem de base em prol do Meio Ambiente podem ser estudados pela Geografia. Assim, esta monografia tenciona apresentar e discutir a temática da Educação Ambiental no âmbito da Geografia, realizando uma análise que ainda precisa de maior aprofundamento científico para melhor entendimento de sua finalidade. No entanto, o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) elaborou os Programas Curriculares Nacionais (PCN's) que mostram objetivos e alternativas de como realmente ensinar Geografia em sala de aula. Além disso, dentro do contexto dos PCN's foram também criados os Temas Transversais em que o Meio Ambiente é visto como modelo de aprendizagem e a Educação Ambiental deve ser transmitida pelos professores na sala de aula. Dentro desse contexto, é bom ressaltar a importância de se trabalhar uma Geografia na sala de aula voltada para o despertar de uma consciência socioambiental dos alunos, criando um hábito de cuidar do Meio Ambiente. Sendo assim, a produção deste artigo é tentar contribuir para uma reflexão crítica no que cerne às práticas da Educação Ambiental nas escolas a partir dos ensinamentos da Geografia.

Palavras-Chave: Geografia. Educação Ambiental. Meio Ambiente. Temas Transversais.

1. Introdução

Desde os seus primórdios, o homem vem se aperfeiçoando para poder viver melhor nesse mundo e, diante disso, utiliza os recursos da natureza para manter seu desenvolvimento. Muitas vezes, a consciência de que é necessária a preservação da natureza para manter o equilíbrio do planeta acaba sendo esquecido e, como consequência, muito desses recursos estão se esgotando.

¹ Universidade Tiradentes – UNIT, geografowesley@hotmail.com

² Universidade Tiradentes – UNIT, azevedo.joanna@gmail.com

³ Universidade Tiradentes – UNIT, pamelaschardosim@yahoo.com.br

A Geografia, a partir de sua concepção, vai tentar entender essa relação sociedade e natureza, bem como as modificações ocorridas nesse trajeto. Desta maneira, percebe-se a introdução de novos valores sociais e, conseqüentemente, de novos espaços geográficos e suas características com a sociedade local.

Acredita-se que o principal objetivo de se trabalhar o tema Meio Ambiente no ensino da Geografia seja contribuir para a formação de cidadãos conscientes que possam atuar na realidade socioambiental de forma comprometida com a vida em suas várias dimensões (ALVES, OLIVEIRA, 2008, p. 11).

A Educação Ambiental acaba se tornando um instrumento muito valioso no que se refere à preservação da natureza nos dias atuais. Porém, é perceptível que alguns profissionais da área de educação, principalmente professores de Geografia, não se atentam a repassar a seus alunos conceitos que podem vir a ser importantes no tocante dessa preservação.

Para o aluno, a Geografia aparece como uma disciplina que o faz despertar diante de um cenário não muito habitual a se pensar. Assim, instiga-o a pensar, a criticar e a analisar a própria realidade na busca de sua identidade. No entanto, é visível que essa identidade só é alcançada através da relação sociedade/natureza e cabe a Geografia compreender o espaço produzido pelo homem, associando as desigualdades, as contradições e as relações de produção que se desenvolvem e se apropriam da natureza.

A Educação Ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só à utilização racional dos recursos naturais (...) mas basicamente à participação dos cidadãos nas discussões sobre a questão ambiental (REIGOTA, 1995, p. 10).

Além disso, é necessário que a escola se comprometa com os professores para propor atividades que busquem o resgate de conceitos básicos de Educação Ambiental. Vale ressaltar que, independente da escola trabalhar esses projetos, a família deve se inteirar dessas atividades e fazer parte desse processo de formação no intuito de se ter um cidadão que se preocupe com o meio ambiente e com a sociedade em que vive.

A Geografia é utilizada como mecanismo de ação e reflexão para garantir um ambiente agradável. Para se garantir tal feito, é necessário um trabalho interdisciplinar

com ações efetivamente pedagógicas de transformações da realidade e no desenvolvimento de um saber geográfico mais atual.

Pode-se afirmar que a evolução recente da ciência geográfica demonstrou claramente que, para além das questões puramente acadêmicas, o geógrafo tem-se preocupado com um vasto leque de problemas de carácter social, dos quais o “Ambiente” constitui uma das muitas variáveis (ALEXANDRE, DIOGO, 1997, p. 33).

Numa visão mais aprofundada a partir dos conceitos básicos sobre Educação Ambiental, foram criados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) no intuito de discutir alguns temas que são considerados relevantes no mundo atual e que fazem parte da educação de jovens e crianças no Brasil. Sendo assim, a Geografia irá mostrar caminhos e novas propostas de manter acesa a luz da preservação ambiental, dando suporte para garantir um desenvolvimento sustentável que o país merece.

Portanto, percebe-se que a Educação Ambiental se forma de tal maneira, que supera a barreira meramente informacional e passa a se configurar no ser humano um desenvolvimento crítico sobre os problemas de ordem ambiental. Para que isso ocorra Meier e Foletto (2009) diz que *“é necessário problematizar o espaço em suas características ambientais e sua repercussão sobre a qualidade de vida da população, isso é possível por meio da análise e compreensão do lugar, da realidade e das vivências dos sujeitos envolvidos (2009, p. 01 e 02)”*.

O tocante trabalho tenta analisar como a Educação Ambiental é trabalhada, a partir de sua transversalidade, na sala de aula e inserida como prática pedagógica no ensino da Geografia através do conhecimento do Meio Ambiente como tema transversal a partir do PCN (Parâmetro Curricular Nacional), citando o papel da disciplina em destaque na contribuição de uma consciência ambiental mais efetiva, identificando também como os alunos tratam essa temática a partir dos conhecimentos adquiridos na disciplina e, por fim, enumera as possíveis contribuições da Educação Ambiental para o ensino da Geografia em sala de aula.

Entretanto, a Geografia busca criar em seus alunos, através da observação da realidade, o senso crítico de intelectualidade podendo, assim, lutar por tomadas de decisões que possa modificar essa sociedade em que os valores ambientais estão esquecidos. Dessa forma, pode-se dizer que a Educação Ambiental aparece no intuito de se compreender, de fato, que o desenvolvimento econômico, social e humano ocorre de maneira sustentável.

Enfim, este trabalho se faz importante na medida em que os estudos levantados proporcionarão um embasamento de conhecimentos acerca do tema proposto e indicarão os prováveis problemas e soluções para se ter uma efetivação nos conceitos sobre Educação Ambiental na disciplina de Geografia.

2. A concepção de educação e o ensino da geografia

2.1 O papel da educação no Brasil

Atualmente, a educação passa por transformações importantes para se tentar compreender o mundo e sua evolução. Dessa forma, o seu conceito modificou-se anos após anos e, por fim, pode-se afirmar que a educação tem por objetivos formar indivíduos para “aprender a aprender”, pois não se deve ignorar o que o aluno já sabe e traz para a sala de aula e trazer para o mundo escolar seu conhecimento em consonância com o novo.

A Educação enfatiza como condição necessária para as próximas gerações, quatro saberes fundamentais: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Estas concepções demarcam um novo olhar sobre a função educativa: não mais a transmissão de conteúdos, e sim a formação de sujeitos cognitivos com competências e habilidades para enfrentar situações inesperadas, solucionar problemas inéditos, acompanhar o desenvolvimento do conhecimento em suas áreas de interesse e respeitar a pluralidade cultural planetária (PAIXÃO, 2010, p. 03).

Morin (2001) diz que o papel da educação é de ensinar a enfrentar as dúvidas que aparecerão na vida. Em outras palavras, esse papel seria de instruir as pessoas no intuito de viver e enfrentar os problemas que a vida impõe. Nesse caso, é visível entender que sem a vivência do problema dificilmente aprenderá a lutar por algo, muitas vezes, justo.

Essas mudanças no cenário mundial e que diz respeito à sobrevivência da natureza e sua relação com os seres humanos jamais deve passar despercebido pelo ambiente escolar. Muitas vezes devem ser inseridas para se construir o processo de cidadania em que a sociedade julga necessário. Assim, é visível que o cidadão crie o hábito da reflexão das diferentes modificações em que o mundo passa.

Desse modo, a racionalidade ambiental se funde numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana. Estes se traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associados à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2005, p. 85).

Dentro desse contexto, percebe-se que a nova geração passa a ter uma atenção maior no que se refere a métodos e procedimentos que garantam uma tolerância, criatividade, flexibilidade, curiosidade, intelectualidade, sem abrir mão dos valores sociais, culturais e humanos que regem essa sociedade altamente globalizada.

Os professores passam a ter uma grande responsabilidade de formar cidadãos que irão ter que lidar com problemas de cunho social, numa provável organização social, e de cunho ambiental, dentro do processo da preservação desse meio natural. Sendo assim, Segura (2001) afirma que o papel do educador é de mostrar caminhos para se chegar apenas em uma única conclusão: desenvolver o conhecimento e a capacidade de julgamento consciente dos indivíduos que partilham uma mesma realidade.

A partir do exposto, fica evidente que o papel da educação está intimamente ligado no processo de ensino-aprendizagem do cidadão e inserção na sociedade, sendo este munido de conceitos que se julguem necessários para uma vida coletiva. No tocante à Educação Ambiental se faz necessário propor que esse cidadão possa repassar o que foi apreendido no ambiente escolar em sua casa e em grupos com amigos. Desta forma percebe-se sua atenção com o meio natural e essa preservação começa a ser garantida.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentados para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos (PCN, 1998, p. 25).

Percebe-se então que a inserção de novos paradigmas, considerados importantes, possam ser unidos com os conteúdos já existentes das disciplinas obrigatórias no currículo escolar. Essa junção tem uma única finalidade: formação da

cidadania de jovens e crianças em prol de uma sociedade compreensível e participativa no meio social.

2.2 O ensino da geografia na sala de aula

A preocupação atual se volta para integrar o ensino da geografia nas diversas áreas do conhecimento, propondo uma nova perspectiva sobre como abordar temas de suma importância para a sociedade, como por exemplo, a Educação Ambiental. Nesse sentido, torna-se relevante trabalhar conteúdos inerentes a esse contexto, favorecendo a conscientização dos discentes em prol de um desenvolvimento sustentável efetivo.

Quando se refere aos conteúdos programáticos da Geografia, tem-se a necessidade primordial em se trabalhar para considerando a realidade do aluno e traçando-se ações que se encaixam pertinentemente aos ideais propostos da disciplina. Dessa forma, a absorção dos conhecimentos se torna mais efetiva a partir do momento em que se há a interação conteúdo e realidade do aluno. Ou seja, a aprendizagem se faz dentro da contextualização do que o aluno vive com o que é proposto pelo currículo programático.

Partindo desse pressuposto, entende-se que apesar dos professores terem a obrigação de seguir o conteúdo programático estipulado pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), eles também têm autonomia de escolher a forma metodológica mais adequada à transmissão desses conhecimentos para o aluno, isto é, “possuir domínio a respeito do que se aprende”, “de como se aprende” e “do que se pretende com a Geografia”, devem nortear o ensino da disciplina em sala de aula.

A Geografia Escolar vem, nesse momento, explicar que é necessário abordar conteúdos significativos da realidade vivenciada pelo aluno sem adentrar minuciosidades a ciência em questão estabelece. Até porque cabe ao professor esse entendimento mais detalhista dentro do seu processo de formação acadêmica. Ao aluno cabe aprender Geografia de forma dinâmica e significativa para o seu entendimento.

A esse respeito a Geografia Escolar lida com temas e conteúdos que não podem ser considerados um resumo do saber universitário. É fundamental que se compreenda que o discurso acadêmico e o discurso escolar no que tange à Geografia são diferentes. Ou seja, o ensino da Geografia nas escolas deve estar dimensionado para a aprendizagem dos alunos nos pontos específicos da disciplina e não para a formação de “pequenos geógrafos”.

Os conteúdos específicos da Geografia Escolar devem estar elencados numa prática sócio-espaciais e também num processo de conscientização do aluno no que tange a espacialidade das coisas e dos fenômenos. Nessa perspectiva, os professores devem trabalhar a disciplina como forma de formar cidadãos conscientes e críticos no que concerne a organização do espaço geográfico.

3. Meio ambiente a partir dos PCNs de geografia e sua contribuição por uma conscientização ambiental efetiva dentro da escola

3.1 A Concepção de Geografia segundo o PCN

A Geografia, quanto ciência, possui diversos conceitos e de acordo com o Parâmetro Curricular Nacional, esse conceito não se encontra bem definido. No início, o documento mostra um breve histórico das principais correntes geográficas, apresentando suas etapas e seus objetivos. Vale ressaltar que a Geografia Tradicional e a Geografia Críticas são mais referenciadas no PCN. Mas, a abordagem crítica é a que melhor completa a ideia defendida pelo documento.

Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio (PCN, 1998, p. 197).

Diante das análises dessas informações, o tema transversal Meio Ambiente inserido no PCN de Geografia é, sem dúvida, considerada como crítica, pois faz o aluno inserir-se como parte integrante do meio em que vive, não apenas através da observação, mas também numa análise de como há a interação dos seres humanos com a natureza e, com isso, propor maneiras de como resolver determinados problemas. Sendo assim, Moraes (1990) em seu livro intitulado Geografia: Pequena História Crítica, diz que:

A outra vertente, do movimento geográfico, agrupa aquele conjunto de propostas que se pode denominar Geografia Crítica. Esta denominação advém de uma postura radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade,

frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa (MORAES, 1990, p. 112).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Moraes, Guimarães (2000) afirma que *“a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais (...) (2000, p. 17)”*.

Seguindo o raciocínio de Guimarães (2000), ele complementa que a proposta crítica de Educação Ambiental vai trabalhar uma visão sistêmica de meio ambiente, tentando compreender sua totalidade como um conjunto na qual seus elementos interdependem se interrelacionam, sempre na busca pelo equilíbrio dinâmico.

Com um componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades. Não se trata de uma crítica estéril. Da pesquisa ou no curso dela emergem projetos de ação em uma perspectiva de emancipação, de libertação das alienações. Trata-se de uma postura corajosa, porque ela começa primeiro por confrontar a si mesma (a pertinência de seus próprios fundamentos, a coerência de seu próprio atuar) e porque ela implica o questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes (SAUVÉ, 2005, p. 30).

Portanto, o meio ambiente e sua vertente Educação Ambiental serão vistos como um sistema que deve ser considerado como uma totalidade, onde seus elementos integrantes interagem entre si. LIMA (1997) fala que *“de acordo com a corrente crítica da Educação Ambiental, o meio ambiente é visto como um objeto de transformação, um lugar de emancipação onde é possível desconstruir as realidades socioambientais visando à transformação dos problemas locais (1997, p.31)”*.

3.2 A importância da Educação Ambiental na sala de aula, a partir dos PCNs de Geografia

As propostas de interdisciplinaridades na educação brasileira na atualidade mostra uma nova realidade no que se refere à questões voltadas para a preservação do meio ambiente. Os PCNs refletem nessa nova era da educação e traz assuntos

pertinentes ligados às disciplinas, tratado sempre a sua maneira. Pode-se dizer que o currículo escolar passa a ser organizado em disciplina e nos temas transversais.

Como os temas transversais não constituem uma disciplina, seus objetivos e conteúdos devem estar inseridos em diferentes momentos de cada uma das disciplinas. Vão sendo trabalhados e uma e em outra, de diferentes modos. Interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida (GARCIA, 2004, p. 01).

De acordo com os PCNs, o Meio Ambiente passa a incorporar os temas transversais e, cabe a Geografia trabalhar seus conceitos sempre voltados para a sua preservação. Deve conter assuntos voltados à educação, cidadania e respeito à natureza. E, no olhar da Geografia, o meio ambiente sugere uma maior aproximação por tratar de questões socioespaciais, territorialidades e temporalidades do mundo e, além disso, faz entender o processo de ocupação do solo, se ocorre de maneira ordenada ou desordenada; crescimento populacional e sua relação com os recursos naturais; a questão da urbanização; entre outros. Dessa maneira, o PCN explica que *“a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania (1998, p. 26)”*.

Todavia, o objeto de estudo da Geografia é tratar das interações da sociedade com a natureza no decorrer do tempo histórico, os temas de meio ambiente necessariamente serão trabalhados em seus conteúdos, facilitando a transversalidade e propondo aos alunos esse leque de visões críticas voltadas à preservação do meio ambiente.

O estudo de Geografia permite que os alunos desenvolvam hábitos e construam valores significativos para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira e mesmo com o mundo, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental (PCN, 1998, p.39).

A Educação Ambiental deve ser compreendida como um trabalho interdisciplinar, pois é através dela que buscam-se novos meios e métodos para melhorar a qualidade de vida da população sem tantos impactos negativos à natureza. Dessa forma, a análise desses problemas ambientais serão citados e absorvidos pelos

alunos para a formação de cidadãos sociais que buscarão uma ligação desse cenário mundial de destruição ecológica com um tema tão discutido nos dias atuais “a sustentabilidade socioambiental”.

A Geografia trabalha com uma proposta ligada a Educação Ambiental favorecendo uma visão clara dos problemas local, regional e, até mesmo, global. Após esse levantamento, ajuda a compreender as novas informações através de explicações e fornece meios para os discentes tomarem suas próprias decisões e, se possível, permite intervenções necessárias.

O estudo mais detalhado das grandes questões do Meio Ambiente (poluição, desmatamento, limites para uso dos recursos naturais, sustentabilidade, desperdício), permite o trabalho com a espacialização dos fenômenos geográficos por meio da cartografia. Permite, também, o trabalho com as estatísticas, base de dados, leitura e interpretação de gráficos que são importantes nos estudos comparativos, nas simulações e na ideia inicial sobre planejamento que os alunos podem ter. Ainda como conteúdo procedimental, trabalhar com a formulação de hipóteses, produção de gráficos e mapas, coleta, organização e interpretação de dados estatísticos, prática da argumentação etc (PCN, 1998, p. 46).

É evidente que a Geografia e meio ambiente se relacionam desde que haja sempre a ligação da sociedade com a natureza. Dessa maneira é muito importante atentar que a partir dessa interação os alunos tenham a noção crítica no tocante à preservação ambiental.

A partir dessas indagações, é visível que a Geografia tenta abordar conceitos ambientais no intuito de fazer com que seus receptores mudem suas atitudes e valoriza a observação dos fatos e sua criticidade. Diante disso, pressupõe a formação de cidadãos voltados para a preservação do planeta. Segundo Gadoti:

O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana (GADOTI, 2002, p. 79).

Portanto, para se chegar a uma conscientização efetiva os profissionais de educação, em especial os de Geografia, devem estar atentos às novas tendências pedagógicas e aperfeiçoando-se no intuito de apreender melhor os assuntos referente ao

meio ambiente. Assim, os alunos podem assimilar de maneira eficiente o que o professor quer de fato que eles aprendam.

4. Conclusão

Na atual realidade da educação brasileira, percebe-se que há um maior envolvimento governamental para a busca da sua qualidade. Assim, o ensino da Geografia também faz parte deste processo educacional e luta para a formação dos discentes. Dessa forma, a Educação Ambiental se volta em conjunto com a Geografia em um benefício que visa o desenvolvimento sustentável do país.

Portanto, ensino da Geografia sempre irá contribuir para a discussão ambiental que envolve os setores educacionais do Brasil, pois a disciplina proporciona a construção de uma análise crítica sobre questões ambientais e de atividades voltadas para a comunidade escolar e civil nas decisões ambientais.

No tocante aos docentes da disciplina em análise, verificou-se que há um distanciamento dos mesmos com relação à Educação Ambiental, muitas vezes demonstram despreparo para transmitir conteúdos inerentes ao tema em questão. Nesse caso, percebe-se que faltam ações educativas mais efetivas e capacitações para tentar sanar tais problemas. Dentro do contexto de formação desses professores, as instituições devem preparar esse profissional para poder expressar seus conhecimentos acerca de temas atuais no mundo, expondo disciplinas envolvidas com os problemas corriqueiros.

No tocante às questões respondidas pelos alunos no que se refere ao ensino da Geografia e Educação Ambiental, verificou-se que muitos têm um entendimento formado acerca desse assunto, mas, porém, não possuem algo sistematizado e é por isso os professores de Geografia devem atentar-se mais a essa questão. Vale a pena ressaltar que os próprios alunos se sentem na vontade de executar projetos voltados para a transmissão e apreensão de conceitos sobre Educação Ambiental.

Percebe-se que aos poucos os alunos tornaram-se cientes de sua realidade e mais críticos em relação aos problemas ambientais, verificando-se que estão motivados a transformar sua realidade. Verifica-se que é de grande importância trabalhar com um ensino que se volte as condições do espaço vividos dos alunos, para formar atitudes e novos saberes, que articulem a teoria à prática, onde estes se veem como agentes ativos e participantes do processo de

transformação de seu lugar, exercendo papel de cidadãos (MEIER, FOLETO, 2009, p. 17).

A temática do ambiente pode e devem ser trabalhada de diversas maneiras na sala de aula, em atividades lúdicas como o teatro, cinema e projetos pedagógicos que motivem e demonstrem a atual situação do meio ambiente. Para os alunos cabem a criatividade, o conhecimento e, sem dúvida, a utilização da pesquisa para ampliar seu conhecimento sobre o tema trabalhado facilitando, assim, o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico e atrativo.

Enfim, é notória a relação da Educação Ambiental e da Geografia, desde sua origem como ciência e do entendimento homem versus natureza. Mas, no âmbito escolar, a abordagem de temas ambientais deve ser prioridade em todas as disciplinas, pois para tentar modificar pensamentos e atitudes é preciso que os professores estejam engajados para essa mudança no cenário educacional. E, quando se fala na comunidade civil, é preciso que os discentes repassem seu conhecimento acerca da preservação ambiental apreendida em sala de aula para se ter um mundo mais justo para o homem e para a natureza.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, F.; DIOGO, J. **Didática da Geografia: contributos para uma educação no ambiente**. 3. Ed. Lisboa: Texto Editora, 1997. (Educação Hoje).

ALVES, S. de F.; OLIVEIRA, S. de F. **Prática pedagógica de Educação Ambiental no ensino de Geografia: necessidade de transição de paradigmas**. Pesquisa em Educação Ambiental, Vol. 3, n. 2 – pp. 9-24. 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília. MEC/SEF, 1998.

GADOTI, M. **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. Ed. Cortez. São Paulo, 2002.

GARCIA, L. A. M. **Temas Transversais como Eixo Unificador**. 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, Poder**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, F. C. **As contribuições da Educação Ambiental para a Geografia no Ensino Fundamental**: possíveis correlações. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2001.

MEIER, M. A.; FOLETO, E. M. **Agenda 21**: contribuição do ensino da geografia à discussão ambiental, com alunos da escola municipal de ensino fundamental chácara das flores em santa Maria/RS. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia – ENPEG. 2009.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

PAIXÃO, M. R. **A educação ambiental no ensino da Geografia**. Publicado em 27 de outubro de 2010. Disponível em [HTTP://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-ambiental-no-ensino-da-geografia/50506](http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-ambiental-no-ensino-da-geografia/50506). Acesso dia: 22/01/2013.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cotez, 1995.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michele e CARVALHO, I. C. M. (org) **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.